

## Entre práticas e representações sociais: imprensa e relações de trabalho no Tempo Presente (Santa Catarina, 1980 – 1990)

Between practices and social representations: press and work relations in the present time (Santa Catarina, 1980 - 1990)

**Geovanni Rocha Junior**

Doutorando em História

Universidade do Estado de Santa Catarina

geovanni.rochajr@gmail.com

**Recebido em:** 24/04/2020

**Aprovado em:** 08/01/2021

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve interpretação histórica acerca das representações sociais formuladas em torno das relações de trabalho durante o processo de redemocratização brasileiro. As análises desta proposta foram desenvolvidas por meio de uma investigação abrangente realizada no jornal *Diário Catarinense*. Compreende-se que as práticas discursivas que circularam no periódico tiveram relevância no sentido de acomodar conflitos e reafirmar as projeções feitas por entidades empresariais e personagens que integravam o governo de Santa Catarina, sobretudo no que diz respeito ao interesse em delimitar as relações de trabalho aos padrões culturais do chamado “novo capitalismo”. Na tentativa de sustentar o argumento apresentado, será acentuado a cobertura do meio de comunicação durante os debates travados na subcomissão de direitos dos trabalhadores da Assembleia Nacional Constituinte.

**Palavras-chave:** Imprensa; Trabalho; Tempo Presente.

**Abstract:** This article aims to present a brief historical interpretation of the social representations formulated around labor relations during the process of redemocratization in Brazil. The analyzes of this proposal were developed through an investigation carried out in the newspaper *Diário Catarinense*. It is understood that the discursive practices that circulated in the journal had a result in the sense of resolving conflicts and reaffirming the projections made by business entities and respect characters that were part of the Santa Catarina government, especially with regard to the interest in delimiting the standard work relationships aspects of the so-called “new capitalism”. In an attempt to support the argument presented, the coverage of the media will be accentuated during the debates held in the subcommittee on workers' rights of the National Constituent Assembly.

**Keywords:** Press; Labor; Present Time.

### Imprensa e relações de trabalho: aproximações possíveis

No dia 11 de novembro de 2017 a nova legislação trabalhista entrou em vigor no Brasil. Em Santa Catarina, o *Diário Catarinense* imediatamente lançou um editorial celebrando a medida. O texto, embora longo, carrega pontos importantes para a análise. A linha de opinião do DC inicia a narrativa alertando seus leitores sobre os possíveis descontentamentos que as novas leis trabalhistas podem provocar, principalmente no setor sindical e na Justiça do Trabalho. O grande desafio, segundo a opinião dos editores que representavam o grupo empresarial, seria alterar as relações de trabalho com taxas crescentes de desemprego. Mesmo assim, o texto reforça a expectativa para a “retomada do crescimento” e vislumbra “uma razão consistente para que as mudanças” sejam “encaradas como positivas e bem-vindas por brasileiros comprometidos com o futuro do país” (DC, 2017, p. 2). A aprovação da reforma trabalhista fundamentou-se no discurso de acabar com a informalidade, pois as novas medidas jurídicas pretensamente favoreceriam os empregadores, diminuindo encargos e viabilizando a contratação dos trabalhadores inseridos na informalidade. Porém a facilidade dos acordos, com prevalência do negociado sobre o legislado, limita consideravelmente o papel da Justiça do Trabalho na mediação dos conflitos. É um tanto errôneo pensar que as negociações entre patrões e trabalhadores sejam feitas de forma equitativa, supor isso significa rejeitar as tensões que atravessam os interesses do capital e do trabalho. Como é possível perceber, a imprensa faz projeções, cria um enredo para acomodar os fatos, elabora discursos e representações sociais em torno do tema. Os resultados da reforma trabalhista no Brasil ainda estão por ser melhor avaliados, mas é preciso encontrar a historicidade do processo que acarreta na desvalorização dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Torna-se indispensável, portanto, assumir uma perspectiva histórica para a avaliação de processos cuja densidade social não é perceptível sem levar em conta registros que, embora recentes, contam a trajetória de uma sociedade.

Este artigo tem como objetivo abordar como setores da imprensa catarinense, em especial o jornal *Diário Catarinense*, estruturam narrativas que não só acompanharam as transformações dos mundos do trabalho a partir da dinâmica estadual entre 1980 e 1990, mas também forneceram elementos discursivos capazes de dar respaldo a tomadas de decisão. As transformações então ocorridas nas relações de trabalho são parte indispensável da necessária compreensão do que está colocado nos dias de hoje e na construção de uma História do tempo presente. É preciso

compreender o que se passa a partir da tessitura do tempo histórico, levando em conta sua materialidade e abrangência. Por isso a necessidade de focalizar o final do século XX e os eventos e processos sociais e políticos que marcaram a sociedade brasileira.

Os impressos não noticiaram apenas os acontecimentos em andamento, eles tiveram papel decisivo na projeção de medidas legais ou práticas sociais que configuravam novas relações de trabalho. As ideias que compõem as páginas de um jornal não nascem do acaso. Elas circulam, retêm um lastro temporal, adquirem novos significados, se adequam às emoções do instante, são apropriadas de diferentes formas e por diferentes sujeitos, ganham projeções e fazem parte da realidade de determinado contexto político e social. Desse modo, é plausível deduzir que a imprensa acompanhou as transformações dos mundos do trabalho, constituindo-se como uma fonte privilegiada para se analisar as alternâncias das relações de trabalho em um período de efervescência dos conflitos sociais com o processo de redemocratização brasileiro. Como recorte temporal, entende-se que as décadas de 1980 e de 1990 foram palco de múltiplos acontecimentos. Em tal cenário, as classes trabalhadoras organizadas ocuparam as ruas, as greves eclodiram por toda parte, projetos políticos para a Nova República estiveram em disputa, assim como a incidência do desemprego e do avanço tecnológico sobre o trabalho. Os jornais impressos não foram agentes passivos, eles construíram tramas de acordo com uma visão de país, forjando projetos políticos e delimitando os assuntos publicados acerca das relações trabalhistas.

Para Tania Regina de Luca (2008, p. 119-140), o historiador “dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”, como acontece na investigação dos jornais. Esses “discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”. As informações dos impressos devem ser contextualizadas. A análise permite levar em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, que circulam nas publicações de cada veículo. Por meio da imprensa, podemos encontrar “dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões interna, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos”. Seja na chamada imprensa

alternativa ou na grande imprensa, há a participação de “sujeitos sociais que, por intermédio da palavra impressa, expressam suas reivindicações, projeto, aspirações e leituras de mundo” (LUCA, 2016, p. 29).

Segundo Biroli e Miguel (2017, p. 8), as notícias dos jornais exercem um impacto sobre o público leitor, “que vai se situar a partir das representações sociais do mundo que recebe da mídia”. Os discursos e as representações sociais não estão à parte da realidade, elas são peças importantes no ordenamento de qualquer sociedade. Evidentemente, a produção das informações começa a ser feita por jornalistas, são eles em certo momento que decidem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Mas existem outros componentes, pois o jornal não está alheio as disputas políticas e aos interesses editoriais e empresariais que estão ao seu redor.

Durante as décadas de 1980 e 1990, inserida em um tempo de transformações tecnológicas e organizacionais, a imprensa escrita passou a cultivar os ideais de imparcialidade que seriam devidos de práticas estritamente profissionais e alheias aos engajamentos a forças políticas organizadas. Ainda assim, como certifica Sônia Meneses (2014, p. 239), “ao pensarmos o processo que organiza essa produção, devemos considera-lo a partir de ações difusas que, embora sejam ordenadas em determinadas rotinas de trabalho e enquadramentos disciplinares, constroem conteúdos polissêmicos”. O enredo de uma notícia “articula relações com o tempo que transpõem” o presente “e que pode se situar num movimento de distensão entre passado e futuro”. Em Santa Catarina, o decurso da modernização dos veículos impressos, identificada pela adesão ao modelo das redações informatizadas, pela reforma da área gráfica, bem como pela profissionalização do jornalismo, veio acompanhado de contradições. Baldessar (2005, p. 213) destaca como pontos negativos de tal processo o crescimento do desemprego, os contratos temporários de trabalho e o rodízio nas empresas. Segundo a autora, a formação de novos profissionais colocou no mercado uma mão-de-obra reserva, permitindo ao “empresariado a opção pela contratação de profissionais recém formados, em detrimento de outros com mais idade e experiência. Esse procedimento” acirrou “a rotatividade” e reforçou “a manutenção de salários baixos”.

É sob esse panorama que o *Diário Catarinense*, criado em 1986 pelo grupo RBS, fez a cobertura dos assuntos referentes às mudanças dos mundos do trabalho. As páginas das edições do jornal apresentam atores multifacetados, desde pessoas desempregadas, passando por trabalhadores

autônomos até chegar à ação sindical. Para o âmbito que interessa especificamente a este artigo, cabe ainda acentuar que o meio de comunicação durante a segunda metade da década de 1980 procurou pontuar a abertura de um novo tempo e tal fator incluía adequar as relações de trabalho à incipiente ideia da Nova República, que estava associada nos documentos pesquisados à defesa de um projeto de livre iniciativa privada. O artigo está dividido em duas partes. A primeira parte busca mapear alguns valores do chamado neoliberalismo a partir de um debate mais amplo. Já a segunda parte, procura verificar como os valores neoliberais se fazem notar nas projeções feitas pelo jornal *Diário Catarinense* acerca das relações de trabalho na Nova República.

### **A formação de valores neoliberais**

A transformação do capitalismo com a ascensão do neoliberalismo é um componente central para interpelarmos as projeções da imprensa catarinense no que se refere à mudança das relações de trabalho (HARVEY, 2008, p. 12). Embora boa parte do processo tenha transcorrido nos países ditos de economia central, os desdobramentos dessas mudanças não tardaram a chegar a diferentes locais do mundo. É no contexto de crise econômica do início da década de 1970 que as ideias neoliberais encontraram espaço propício para oferecer alternativas ao momento de instabilidade. As indicações do “receituário” neoliberal aspiravam a dismantlar o Estado de bem-estar social vigente, sobretudo, na Europa Ocidental. Os arquitetos da doutrina viam como obstáculo as conquistas obtidas pelos trabalhadores diante do Estado, responsável por assegurar direitos sociais entre os quais incluía o acesso à saúde pública, educação, moradia e previdência.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe expectativas para a abertura de uma nova etapa na vida política e social em escala mundial. As expectativas eram movidas, principalmente, pelos desafios descortinados por um contingente enorme de mortos e de projetos políticos desastrosos, como o nazismo e o fascismo. As articulações nos anos seguintes a 1945 idealizaram uma espécie de consenso entre governos, empresários e classes trabalhadoras a fim de se evitar as hostilidades do contexto anterior que levou a deflagração do conflito bélico. Logo, um círculo “virtuoso” atinou suas engrenagens com os “gastos públicos elevados, tributação progressiva e aumentos salariais”. O consenso produzido na Europa considerou a necessidade de se apoiar “economias planejadas e de algum tipo de Estado previdenciário” (JUDT, 2008, p. 337). A classe trabalhadora europeia, por sua

vez, beneficiou-se desse arranjo. Aos poucos os trabalhadores ganharam o status de consumidores, e as garantias firmadas asseguravam valorosos direitos sociais.

O historiador britânico Eric Hobsbawm chama as duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial de Era de Ouro do capitalismo. Para o autor, o crescimento econômico presenciado deve ser analisado por meio da reformulação do sistema, que conseguiu aproximar o liberalismo econômico da democracia social. Não por menos, a crise de 1929 e o nazismo apontavam o caminho perigoso que um liberalismo irrestrito de livre mercado poderia trazer. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 268), “todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização”. Para alcançar esse propósito pouco importava a aplicação de um “sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados”, desde que se evitasse o comunismo. As condições materiais dos trabalhadores europeus melhoraram, mas a vigência do Estado de bem-estar social só foi possível com o crescimento econômico pautado no consumo de massa. A harmonia do sistema dependia da manutenção de lucros estáveis às camadas produtoras, para isso havia a estrutura montada pelo Estado regulamentando a relação entre capital e trabalho. Cabe dizer ainda que o consenso do pós-guerra retinha um problema incisivo: o de não ameaçar o sistema capitalista e sua sobrevivência.

No âmbito sociocultural, o Estado-providência europeu projetou novos componentes, como é o caso do desenvolvimento tecnológico que transformou a vida cotidiana. A própria noção de tempo foi alterada, afetando a percepção das pessoas, principalmente as residentes nos perímetros urbanos. Ao mesmo passo, houve o aumento no acesso ao ensino superior, e também o crescimento da classe operária. No entanto, a experiência de um trabalhador, inserido na sociedade com pleno emprego e voltada ao consumo em massa, acabou por transformar a sua própria identificação com as redes de sociabilidades praticadas em períodos anteriores. “A televisão tornava desnecessário ir ao jogo de futebol, do mesmo modo como TV e vídeo tornaram desnecessário ir ao cinema, ou os telefones substituíam as fofocas com amigos na praça ou na feira”. Já os sindicalistas e os membros de partidos, “que outrora iam às assembleias locais ou reuniões políticas porque, entre outras coisas, isso era também uma espécie de diversão ou entretenimento, agora podiam pensar em formas mais

atraentes de passar o tempo, a não ser nos casos excepcionais dos militantes” (HOBSBAWM, 1995, p. 268).

A partir de 1973, o consenso estabelecido no mundo pós-guerra na Europa começou a ruir com a chamada crise do petróleo. Gradativamente a pobreza, o desemprego em massa e a sensação de instabilidade reapareceram nos países de economia central. A conjuntura de desequilíbrio econômico permitiu a manifestação das chamadas ideias neoliberais levantadas após 1945, mas que devido a vigência do Estado-providência acabaram relegadas a outro plano (HAYEK, 1990). Assim, os neoliberais defensores da liberdade individual e do livre mercado encontraram na crise econômica de 1973 as condições para serem ouvidos. Duas ideologias disputaram a narrativa para sanar os impasses econômicos da década de 1970. “Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de bem-estar haviam criado demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas”. Por outro lado, “os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem” (HOBSBAWM, 1995, p. 399). Para além da conflagração de ideias, a recessão tocou no ponto central do equilíbrio firmado nos anos anteriores. Ou seja, a relação entre Estado, trabalho e capital, não poderia ser a mesma com um índice de desemprego em evidente escalada.

A revolução tecnológica contribuiu para a substituição da mão-de-obra humana em detrimento das máquinas, uma vez que os empregos à medida que eram perdidos não tinham previsão de serem ocupados novamente. Uma nova divisão do trabalho se fez notar, na qual a industrialização dos países do terceiro mundo provocou o deslocamento das cadeias de produção para receber o trabalho com custos menores. A estrutura sindical dos países de economia central, combativa e em busca sempre de melhorias para as categorias nas quais representavam, foi diretamente afetada nas décadas de 1970 e 1980. O historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 404.), argumenta que o “declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo, pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas”.

Para David Harvey (2000, p.136), a ruptura do sistema ocorreu em 1973, porém já na década de 1960 o autor aponta que havia sinais de desgaste do Estado de bem-estar vinculado ao modelo fordista de produção. Em primeiro lugar, devido às políticas de substituição de importações do terceiro mundo. Em segundo, devido ao poderio norte-americano que estava ameaçado pelo aumento da competição internacional. O que chama a atenção do autor, no entanto, é a contradição inerente ao próprio modelo fordista, entendido como rígido e inflexível para as mutações do capitalismo. “O único instrumento em resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável”. No entendimento de Harvey, esse mecanismo concebeu “a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra”. Entre as décadas de 1970 e 1980, o autor aponta para uma reestruturação econômica do capitalismo em resposta a rigidez do fordismo. A mudança aconteceu com a acumulação flexível, caracterizada pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (2000, p. 140). O que Harvey chama de acumulação flexível interferiu nos processos de trabalho e no padrão de consumo. O avanço tecnológico possibilitou aos empresários estreitar as margens de lucro, pois o avanço, aliado à crise, serviu como uma oportunidade para esse grupo obter proveitos em cima da fragilidade sindical, facilitando, assim, dentre outras medidas, o acolhimento das formas voláteis de trabalho. O emprego ordinário com uma jornada diária de atividades acabou cedendo lugar para fórmulas de trabalho parcial. Cada vez mais a tendência das empresas era optar por um setor qualificado, porém reduzido, que exercesse funções centrais dispondo de um contingente rotativo de funcionários com baixo custo.

Somado a tal fator, a tecnologia aumentou a velocidade das informações, comprimindo a relação de espaço/tempo. Conforme indica Bauman (2001, p. 136), na “modernidade leve” o tempo instantâneo do software desvaloriza o espaço. “No universo do software da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; cancela-se a diferença entre longe e aqui”. Na verdade, a tecnologia é componente primordial para a acumulação flexível do capital. As estruturas de poder moldaram-se a essa fase. Atualmente é muito difícil um funcionário avistar o topo da pirâmide hierárquica da empresa na qual trabalha, pois o controle sobre o trabalhador pode ser efetuado a partir de distâncias desprezíveis para os sistemas computacionais.

Portanto “os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo”. Mas as benesses pressagiadas pelo avanço da globalização e da tecnologia garantiram a circulação de ideias, de informação e de capitais, mas não de pessoas. Boa parte da população mundial permaneceu confinada aos territórios nacionais, experimentando as adversidades da vida cotidiana (SASSEN, 2010, p. 158-178).

Segundo Hartog (2013, p. 147-148), “a crise de 1973, a inexorável escalada do desemprego em massa, o enfraquecimento do Estado de bem-estar social, construído em torno da solidariedade e a partir da ideia de que amanhã será melhor do que hoje”, junto com as respostas neoliberais, “mais ou menos desesperadas ou cínicas, que apostaram todas no presente, e somente nele”, engendraram um clima de desilusão diante do futuro. Isso porque o simples ato de trabalhar é parte integrante da relação que os sujeitos mantêm com o tempo, mas como é possível idealizar uma percepção de futuro em um contexto onde prevalece o trabalho informal, temporário, intermitente e precário? Além do mais, o desemprego também “contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado” (HARTOG, 2013, p. 148). Para Richard Sennett (1999, p.13-33), uma das características do que o autor chama de novo capitalismo é o trabalho flexibilizado. Dessa maneira, o caráter pessoal dos indivíduos vem sendo afetado diretamente, tendo em vista que esses indivíduos não conseguem construir expectativas de longo prazo por meio das suas próprias experiências de vida, pois o novo modelo capitalista é pautado em relações de curto prazo, flexíveis, fragmentadas e não duráveis. Ainda segundo o autor, tal fenômeno trouxe outras formas de se conceber o tempo, cujas consequências são o esvaziamento dos sentidos e a perda da identidade social experimentada por trabalhadoras e trabalhadores em diversos ofícios. De certa maneira, o fortalecimento dos valores neoliberais foi fundamental para as projeções traçadas pelo *Diário Catarinense* durante a segunda metade da década de 1980.

### **Projetos em disputa: o futuro do trabalho na Nova República**

Em junho de 1986, um novo plano industrial, proposto pelo governo federal, entrou em discussão. Interessado nos rumos do país sob o comando do presidente José Sarney, o *DC* promoveu uma mesa-redonda em sua sede para avaliar o quadro. Não por menos, o evento contou com a participação de notáveis empresários e foi coordenado por Acari Amorim, editor de economia

do jornal.<sup>1</sup> Em parecer feito por alguns líderes do setor privado catarinense, recomendava-se a aplicação do modelo econômico do estado, pautado na diversificação das zonas produtivas, para a nova política industrial do país. Além disso, “os participantes do encontro reconheceram” a tímida “atuação dos empresários de Santa Catarina fora de suas empresas e na política”, consideraram tal fator contraproducente uma vez que isso dificultava a influência nas diretrizes nacionais (DIÁRIO CATARINENSE, 01/06/1986, p. 32). Talvez a fala mais emblemática tenha sido a de Marcondes de Mattos,<sup>2</sup> para quem o planejamento industrial deveria seguir cinco pontos: o fortalecimento da livre empresa, a conformação de um modelo econômico que garantisse maior absorção de mão-de-obra, a condução de um processo tecnológico, a fomentação das pequenas e médias empresas e o incentivo a desconcentração regional do crescimento econômico. Segundo Marcondes Mattos, o cenário social iria atravessar um período de transformações por causa do avanço tecnológico. Setores como o da construção civil precisariam atrair maior número de mão-de-obra, pois a evolução das máquinas era uma realidade e provocaria rapidamente a substituição do trabalho braçal em diversas áreas.

Uma das alternativas defendidas por Mattos previa “o fortalecimento das pequenas e médias empresas”. Isso seria necessário “do ponto de vista social”, tendo em conta que a geração de empregos configuraria um dos desafios durante os anos seguintes. Um processo paulatino de desconcentração tornava-se essencial, “saindo de São Paulo e beneficiando outras áreas do País; e a nível municipal, saindo das grandes cidades e indo para as pequenas cidades, como forma também de reduzir a pressão dos centros urbanos, conduzindo a um processo de maior absorção da mão-de-obra”. Por fim, Mattos alertava que “o produto industrial deveria se endereçar mais para o mercado interno”, ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos anos. Desse modo, as análises formuladas em um dos círculos empresariais catarinenses davam a entender que as previsões

---

<sup>1</sup> Marcaram presença na mesa-redonda realizada pelo Diário Catarinense em Florianópolis: Décio Moser, secretário da Indústria e Comércio de Santa Catarina; Francisco Mastella, presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina e diretor da Ceval-Hering; Fernando Marcondes de Mattos, presidente da Inplac S/A; Otair Becker, presidente da Cerâmica Oxford S/A; e por último, Nelson Pamplona, presidente do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Empresário e membro do PFL. Notabilizou-se por sua atuação no setor de turismo, com a criação do Costão do Santinho. Em 1986 concorreu as eleições para o cargo de vice-governador na chapa composta com Wilson Pedro Kleinübing, acabou derrotado por Pedro Ivo Campos do PMDB. Foi Secretário de Estado do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina entre 1991 e 1992.

sobre o trabalho para as décadas seguintes recaiam justamente na falta de empregos (DIÁRIO CATARINENSE, 01/06/1986, p. 32).

Mas o futurourgia com a chegada em definitivo da inovação tecnológica, e a indústria brasileira teria que passar por um processo de adaptação para acompanhar as ambições do novo tempo. Rapidamente as palavras “moderno” e “modernização” passaram a ser repetidas com entusiasmo pelos quatro cantos do recém criado veículo de comunicação catarinense, no sentido de acomodar as variadas dimensões cotidianas ao desenvolvimento técnico e científico de um novo período cuja característica principal requeria a integração da economia global.

As relações de trabalho e os conflitos sociais não ficaram de fora desse enredo. O *Diário Catarinense*, logo em sua segunda edição, dedicou a coluna editorial para fazer um balanço sobre as “greves e a nova realidade” (DIÁRIO CATARINENSE, 08/05/1986, p. 4). Como uma centelha se alastrando por um mar de pólvora, a Nova República começava agitada no território catarinense, a aspiração grevista no Sul do estado, por exemplo, preocupava governo e proprietários. Em 11 de maio de 1986, o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, esteve reunido com aproximadamente 300 representantes empresariais na cidade de Joinville. No encontro, discutiu-se os efeitos da reforma econômica do governo Sarney nas “relações entre o capital e o trabalho” e também o ímpeto dos conflitos grevistas oriundos das mobilizações feitas por sindicatos. O ministro aproveitou a ocasião para tecer duras críticas à legislação trabalhista brasileira, classificando a CLT como um conjunto de leis anacrônicas e ultrapassadas. Vejamos um trecho do editorial:

Impossível negar que nossas leis trabalhistas estão em descompasso com os novos tempos, e que esta circunstância tem aberto caminho a muitas situações de conflito que uma legislação atualizada e, sobretudo, mais nítida poderia ter evitado. Os empresários catarinenses neste sentido são pioneiros, pois se há muito vêm reclamando uma atualização dos dispositivos legais trabalhistas em seus debates e manifestações, enquanto classe. Quando o ministro prega a libertação dos sindicatos da paternalista tutela estatal, herança do autoritarismo do Estado Novo, entra em sintonia exata com o mais avançado pensamento jurídico que se debruça sobre o problema trabalhista. (DIÁRIO CATARINENSE, 11/05/1986, p. 4)

O ministro Pazzianotto desaprovava a organização sindical nos moldes da estrutura herdada do varguismo. Atacar o sindicalismo naquela conjuntura significava combater as greves e as mobilizações das classes trabalhadoras organizadas. A livre negociação foi aludida pelo ministro como um “princípio salutar à desejável harmonia entre capital e trabalho”. Assim, o veículo de

comunicação catarinense consentia com as ideias de Pazzianotto, valorizando o “pioneirismo” dos empresários da região, que “enquanto classe” traçavam mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho para marcar posicionamento contrário às greves que eclodiam em diferentes localidades do país, “atingindo tanto o setor privado de produção como os serviços públicos”. Prontamente os agentes privados de Santa Catarina declaravam arcar com o ônus do “grevismo”. Contudo, o ministro tratou de tranquilizar os empresários em Joinville, argumentando que “a partir do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, o país” passaria “a ter uma legislação trabalhista adequada aos objetivos maiores da paz social e de um desenvolvimento cujos benefícios se’ estenderiam “à toda a sociedade” (DIÁRIO CATARINENSE, 11/05/1986, p. 4). De fato, havia uma luta de classes em torno das opções a respeito do trabalho travada durante as discussões que antecederam a Constituição Federal de 1988. De um lado, parte da imprensa endossava as fileiras da livre iniciativa; do outro, os movimentos sociais e os sindicatos empenhavam-se em conquistar avanços sociais em meio a instabilidade econômica.

Os novos tempos da Nova República, no entender da linha editorial do *DC*, eram incompatíveis com a estrutura sindical corporativa. Dessa forma, as entidades classistas deveriam caminhar com seus próprios pés, seguindo um ideal de liberdade e autonomia. As relações de trabalho formaram, portanto, uma das linhas discutidas pelos deputados constituintes, mas ela possuía vínculos estreitos com outros assuntos. Para o impresso catarinense, “entre os grandes temas” debatidos na Assembleia Nacional estava o paradigma da escolha por um Estado atuante ou a redução de sua presença na economia. O *DC* culpava a “fúria estatizante que tomou conta do país, notadamente após 1964” pela dívida externa e pela “voragem inflacionária” do Plano Cruzado (DIÁRIO CATARINENSE, 08/12/1986, p. 4). A retomada do crescimento dependeria da aplicação de capital, mas os investidores receavam que as leis da Carta Magna se revestissem “de um ultranacionalismo obsoleto”, no tempo em “que a interdependência econômica” era “aceita até nos países socialistas do Leste Europeu”. Mas segundo os articulistas do jornal, alguns relatórios redigidos nas subcomissões da constituinte designavam teses que iam na contramão da “modernização da economia nacional”. O *Diário Catarinense*, por conseguinte, fez a defesa de seu ponto de vista recorrendo aos exemplos dos países que adotaram o sistema de privatização. Para esse fim, canonizou a vertente conservadora inglesa representada na figura da primeira-ministra

Margareth Thatcher, em incontestável alinhamento aos preceitos políticos econômicos Ocidentais, que viriam a ser chamados de neoliberais (DIÁRIO CATARINENSE, 19/05/1987, p. 4).

Os sujeitos que se filiavam à corrente liberalizante diziam que no Brasil o empecilho às privatizações recaía sobre uma espécie de “empreguismo”, gerador de déficits públicos e de endividamento externo. O chamado “capitalismo de Estado” dos governos militares teria criado uma “máquina burocrática, com enorme poder de corrupção” (DIÁRIO CATARINENSE, 18/05/1987, p. 4). Em Santa Catarina, atitudes como o decreto assinado pelo governador Pedro Ivo Campos, para iniciar a desestatização da economia, foram amplamente elogiadas. “Ao contrário de muitos membros de seu partido que integram o grupo *soi disant* ‘progressista’ do PMDB, felizmente nosso governador recusa-se a remar contra a maré da história”, frisava o corpo editorial do jornal (DIÁRIO CATARINENSE, 16/08/1987, p. 4). No final de maio de 1987, as 24 subcomissões temáticas encerraram a primeira atividade da Assembleia Nacional Constituinte. Ficou perceptível na votação dos relatórios as demarcações da intervenção do Estado na economia. Longe da via socializante, de irreais influências “castrista” ou “maoísta”, conforme dito em editorial do *DC*, os pareceres indicavam a opção por um tom moderado, preponderando o pensamento liberal do “primado da livre iniciativa e da economia de mercado”.

Se no início da década de 1980, anterior à fundação do *DC*, o principal jornal do momento em Santa Catarina, *O Estado*, articulava críticas sutis aos governos militares, nos debates à volta da nova constituição federal a memória que se queria explorar era a dos equívocos na condução da política econômica por parte dos generais presidentes. Pouco importava os crimes cometidos nos porões da ditadura, a repressão e o arrocho imposto às classes trabalhadoras. O corpo editorial do *Diário Catarinense*, de maneira enfática, argumentava que para superar a ordem do atraso seria preciso celebrar um horizonte de alcance da iniciativa privada. O descrédito para com os militares incidia na ampliação dos setores estatais preenchidos por burocratas que tornava onerosa a máquina pública, asfixiando a “liberdade” das empresas privadas. A fim de acabar com a tendência estatizante e dar início ao processo modernizador, algumas questões de difícil concordância careciam de consensos na empreitada seguinte da Assembleia Nacional Constituinte, entre as quais estava o futuro das relações trabalhistas. O ensejo de modernização não ficou enclausurado às exigências do âmbito econômico, acima de tudo preparar as diretrizes de flexibilização das leis que regulamentavam as relações de

trabalho simbolizava para esse setor empresarial da imprensa catarinense a inserção do Brasil nos novos tempos. Rejeitava-se, de forma veemente, a “utopia que levaria à multiplicação do reprovável paternalismo estatal, nascido no Estado Novo”, que até então comprometia “o desenvolvimento do país” com práticas clientelistas e corruptas (DIÁRIO CATARINENSE, 15/06/1987, p. 4).

Um dos legados dos governos de Getúlio Vargas, a de proteção aos trabalhadores, era a pedra no sapato dos agentes que reproduziam o discurso da modernização. Essa ideia antecipava um caminho impreterível à integração econômica, cujo sustentáculo seria a liberdade de mercado com mínima interferência estatal. O *DC* agia como porta-voz dos empresários de Santa Catarina, que seduzidos pelas idealizações da modernização começavam a ver com bons olhos a flexibilização das leis trabalhistas, assim como os limites de ação dos sindicatos que porventura tal mudança proporcionaria. Nesse sentido, os debates ocorridos em torno da nova constituição possibilitaram que os setores empresariais defendessem seus interesses, pois lançava-se as expectativas de como as instituições funcionariam após os anos de governo militar. Em julho de 1987, na subcomissão de direitos dos trabalhadores, desenrolou-se uma divergência muito interessante que ganhou o editorial do *Diário Catarinense* com o título *Legislação e devaneios sociais*:

Pareceu muito sedutor aos integrantes daquela subcomissão dar à massa trabalhadora o presente agradabilíssimo de um 14º salário anual, estipular uma jornada de trabalho de 40 horas, garantir a estabilidade após 90 dias de serviço, assegurar alimentação gratuita aos empregados por conta das empresas e dar ao direito de greve um caráter irrestrito. Não lhes pareceu que tais concessões fossem demasia para a combalida empresa nacional, já a esta altura a braços com a recessão, a descapitalização e o endividamento. Para contemplar o social, ignoram o econômico. E no desenvolvimento de uma utópica proteção ao trabalhador, desconhecem as debilidades de nossa estrutura empresarial, afora as dificuldades próprias da conjuntura presente.

Tal como outras tantas matérias típicas da legislação ordinária, as quais estão sendo indevidamente tratadas no texto constitucional, as relações contratuais de trabalho estão sujeitas a uma óbvia interferência do tempo, dos avanços tecnológicos, dos diversos graus de desenvolvimento econômico e das incidências da conjuntura. Não é bom que seus princípios gerais se imobilizem numa legislação de bronze, como é a legislação constitucional, sempre difícil de emendar ou revogar. Basta ver os continuados avanços da legislação social brasileira, de 1930 aos dias atuais, para concluirmos que foi benéfico às relações laborais a circunstância de serem tratadas pela lei ordinária, e não pelas normas estáticas da Constituição.

O crescimento do sindicalismo, em todo o mundo, também tem favorecido a preferência pela livre negociação dos contratos de trabalho, ao invés da fixação de

normas cogentes de um poder de Estado que se arroga à condição de curador das classes trabalhadoras. Se é verdade que, em países subdesenvolvidos e em áreas onde prevalece baixa consciência de classe e um nível fraco de informação, o papel tutelar do Estado em relação aos trabalhadores é um postulado da socialdemocracia, também não é menos verdade que esta tutela pode ser perfeitamente dispensada, sempre que as classes assalariadas alcancem um alto nível de organização, como já acontece em grande parte do Brasil. (DIÁRIO CATARINENSE, 07/07/1987, p. 4)

A opinião do periódico refutava a estabilidade no emprego, os direitos das classes trabalhadoras e a “utópica proteção” aos assalariados. Comparava, ainda, o crescimento dos sindicatos brasileiros com os europeus, propondo inclusive a livre negociação dos contratos de trabalho. Fica evidente que de forma alguma as plataformas sociais e políticas podiam se sobrepor a ordem econômica. Na lógica da livre iniciativa sob os desígnios de uma cultura do novo capitalismo (SENNETT, 2008.), a reserva de mercado passa a ser justificada como algo corriqueiro, próprio do sistema. O mercado, portanto, seria o único agente regulador das demandas e dos salários pagos aos trabalhadores. No sentido defendido pelo corpo editorial do *DC* às vésperas da etapa decisiva da nova constituição, não se considerava a fragmentação das classes trabalhadoras no país, muito menos a realidade compartilhada por pessoas reféns da pobreza, exauridas pela falta de estabilidade e por índices inflacionários elevados. O discurso priorizava o ordenamento da livre iniciativa e os interesses de curto prazo do empresariado. O desemprego, conforme o arranjo econômico apreciado pelo *DC*, poderia ser compensando pelo fomento às micro e pequenas empresas. A organicidade da iniciativa privada chegava até o “desejo de independência pessoal”, forjando valores no plano cultural através da vida de pequenos empreendedores. Argumentava-se que esse tipo de negócio abrangia 80% do “universo empresarial brasileiro”. O número de empresas cadastradas nas Juntas Comerciais dizia respeito às pessoas que se dedicavam “ao pequeno comércio, à prestação de serviços, ao artesanato, à indústria, sem esperar pelas miríficas benesses da iniciativa estatal, cujos custos sociais, ordinariamente, ultrapassavam largamente os benefícios coletivos” (DIÁRIO CATARINENSE, 16/08/1987, p. 4). A valorização de uma sociedade composta por empreendedores transcendeu a narrativa dos jornais e incorporou o cotidiano da capital de Santa Catarina, conforme indica uma notícia de agosto de 1987, intitulada “Facilidades da vida moderna”.

“Pequenos empresários oferecem serviços especiais, para dar mais comodidade à população”, resumia a matéria. Ao lado do texto estava a foto de um motoboy, ilustrando a expansão do serviço

de Disque Pizza na cidade de Florianópolis. A capital dos turistas, do veraneio e dos variados sotaques, “tomou um banho de cosmopolitismo e passou a oferecer uma série de serviços de cidade grande” (DIÁRIO CATARINENSE, 23/08/1987, p. 8). Embora os produtos comercializados fossem caros, restringindo o consumo às camadas com maior poder aquisitivo, a procura atendia “o cotidiano de qualquer pessoa sozinha na administração da casa, família e negócios” (DIÁRIO CATARINENSE, 23/08/1987, p. 8). O proprietário do Disque Pizza, Edson José Mazzarotto, tratou de explicar como funcionava o serviço. Ao receber o pedido, entre 30 e 40 minutos a pizza chegava “quentinha à mesa do cliente”, entregue “por um dos oito motoqueiros numa caixa aquecida com tijolos refratários”. Lavar as roupas e assistir TV simultaneamente era outra vantagem da vida moderna que chegava em Florianópolis. Na rua marechal Guilherme, ganhou notoriedade um “laundry amplo, organizado, limpo como os melhores de Londres”. O novo serviço encantava as classes médias da região, pois bastava adquirir uma ficha no valor de Cz\$ 80,00 para lavar as roupas em uma “das 12 máquinas montadas na Argentina com peças inglesas”. Já para a secagem na centrífuga a ficha também custava Cz\$ 80,00. A operação demorava por volta de 1h, nesse tempo de espera os clientes assistiam televisão em cores, ou marcavam de se encontrar com os amigos, “e até namoros e flertes animavam a espera” (DIÁRIO CATARINENSE, 23/08/1987, p. 8).

Em uma sociedade na qual parcela expressiva dos trabalhadores exercitava a lógica do “se virar” com vínculos empregatícios precários, jogados na informalidade ou no trabalho autônomo, o enredo da livre iniciativa abriu brecha para que o pensamento dos “pequenos empreendedores” ganhasse corpo, configurando um dos obstáculos à organização de demandas associativas das classes trabalhadoras no tempo presente. Para alguns, ser um pequeno empresário correspondia à sensação de ter atingido o sucesso pessoal, com uma forma vantajosa de ganhar dinheiro e manter um padrão de vida razoável. Há nessa acepção um ditame meritocrático de desprezo às políticas sociais provenientes do Estado. Mas para a grande maioria, fazer parte dessa racionalidade correspondia a levar uma vida de dificuldades, como qualquer outro membro da classe trabalhadora, mas esses agentes não se viam pertencentes a tal classe.

Durante o processo de elaboração da Constituição, o *Diário Catarinense* fez a primeira investida sistemática em defesa da flexibilização das relações de trabalho. As pressões do meio de comunicação visavam pôr em prática um projeto de país traçado com base na livre iniciativa, que

previa a redução do papel do Estado no âmbito socioeconômico. Não importa que tal narrativa tenha sido derrotada em um primeiro momento, o interessante é verificar como essas ideias passaram a ocupar o espaço público, a partir disso elas adquiriram contornos mais nítidos no decorrer dos anos. Segundo Leonardo Avritzer (2016, p. 14), uma das características da democracia brasileira é a “participação institucionalizada” e esse aspecto se deu com a promulgação da Constituição de 1988. De acordo com o autor, a Assembleia Nacional Constituinte teve destaque por sua orientação participativa com a presença de setores importantes da sociedade civil, atuantes na redemocratização. Teria sido esse o “primeiro momento do processo de aprofundamento democrático que criou instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social”.

Em 5 de outubro de 1988, a Carta Constitucional foi finalmente promulgada. O *DC* cobriu o acontecimento com ressalvas, parecia não ter entusiasmo com o novo conjunto de leis. A matéria *Dualidade retrata o Brasil* transmitia aos leitores que a constituição havia sido “elaborada em meio à crise econômico-social sem precedentes, resultante de 20 anos de regime excepcional” (DIÁRIO CATARINENSE, 05/10/1988, p. 15). É sintomática a aparição da análise sobre as garantias asseguradas aos trabalhadores pela nova constituição na parte dos assuntos econômicos do jornal. Questões relacionadas ao trabalho saíram gradualmente dos espaços político e social para ficar limitados aos pareceres “economicistas”. A disposição dos fatos na cobertura da promulgação da Constituição Cidadã mostra a insatisfação do veículo de imprensa com determinados pontos, classificados como falhos, em especial as concessões feitas aos assalariados. Dois anos depois, a linha de opinião do *DC* tinha mais a lamentar do que a celebrar:

A Constituição Federal completou ontem o segundo aniversário de promulgação, sem que a data se prestasse a maiores comemorações. Contrasta fortemente o silêncio de agora com as ruidosas manifestações de júbilo daquele 5 de outubro de 1988, em que se anunciava ao País a plena vigência da Carta Cidadã. [...]

Já mais de uma vez aqui apontamos as evidentes qualidades da Carta pela qual nos regemos. É ela inovadora, de vez que contempla temas inéditos no direito constitucional corrente, a exemplo da legislação ambiental. Um de seus grandes méritos foi o de resgatar o princípio da harmonia e da independência entre os poderes. Ao consagrar o direito de propriedade e o sistema de livre iniciativa, sintonizou com valores indissociáveis do regime democrático. Ampliou, ademais, os direitos e garantias individuais e coletivos a um grau que bem retrata a maturidade de política de um povo. [...]

Nunca aqui calamos, por outro lado, sobre os seus defeitos. Transparece uma retrógrada xenofobia em vários de seus dispositivos. Em outros viu-se a greve erigida praticamente à categoria de direito absoluto. Da mesma sorte, verificou-se uma demasiada liberalidade no que respeita aos direitos sociais. Obra humana, a Constituição Federal não passou incólume pelo apelo da utopia, do irrealismo, do casuísmo. (DIÁRIO CATARINENSE, 06/04/1990, p. 4)

No trecho citado estão latentes as contradições da própria Constituição. Enquanto os apoiadores da livre iniciativa conseguiram emplacar as pautas para o funcionamento de uma economia capitalista, deliberada pela liberdade econômica; a mobilização da sociedade civil, particularmente dos trabalhadores e dos movimentos sociais, foi fundamental para que as propostas tocantes a redução da disparidade social e dos direitos trabalhistas estivessem sob a jurisdição constitucional (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 447-475). A desaprovação do corpo editorial do jornal reincidia no direito de greve, consequência imediata das “utopias” e do “irrealismo” por parte dos constituintes que apreciaram o tema. Dessa forma, em Santa Catarina o discurso de flexibilização manifesto no *Diário Catarinense* esteve ligado aos anseios do veículo de comunicação, sobretudo porque a empresa de jornalismo fazia a defesa aberta do projeto da livre iniciativa, cuja finalidade era pôr o país nos trilhos de um novo tempo, após a “herança estatizante” deixado nos governos militares.

### Considerações finais

Conforme exposto anteriormente, setores do empresariado de Santa Catarina, por meio de representações e práticas sociais presentes nas páginas de um jornal, reivindicaram para si o protagonismo da crítica sistemática dirigida à CLT com o propósito de “atualizar” os dispositivos legais da legislação trabalhista ao “tempo” da Nova República. As representações sociais esboçadas sobre o futuro do trabalho abriram caminho para a consolidação de decisões políticas cujo resultado imediato foi a precarização das ocupações geradas no contexto de abertura econômica da década de 1990 no Brasil. A consolidação do enredo da livre iniciativa no espaço público trouxe insegurança e estabeleceu limites para se pensar o tempo em longo prazo. Em suma, as ideias da livre iniciativa associados ao ideário do neoliberalismo detém uma trajetória histórica e representa mais do que um conjunto de práticas uníssonas, haja vista que carrega um discurso que adquiriu vários adeptos e tornou-se hegemônico no senso comum. É preciso enfatizar que os “defensores do caminho neoliberal ocuparam posições de considerável influência na educação (universidades e muitos dos

chamados think-tanks), na mídia, nos conselhos empresariais e em instituições financeiras”, além de terem atuado nas “instituições internacionais como o FMI e a OMC, que regulam as finanças e o comércio global” (HARVEY, 2007, p. 2). Conforme aponta Harvey, o neoliberalismo age para restaurar o poder de classe, mas para isso precisa “construir o consentimento”. Por si só ele representa uma investida contra o trabalho organizado já que “as virtuosas reivindicações de especialização flexível nos processos de trabalho e de flexibilização dos contratos de trabalho puderam tornar-se partes da retórica neoliberal capazes de ser persuasivas para trabalhadores individuais” que não faziam parte do alcance sindical. Durante a década de 1980, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, essa linguagem que apostava na “liberdade de ação no mercado de trabalho” foi importante para “integrar valores neoliberais ao ‘senso comum’ de boa parte da força de trabalho”. No Brasil da Nova República, ainda era preciso construir o consentimento, e a imprensa teve papel preponderante neste sentido.

As conjecturas feitas no *Diário Catarinense* em meio à elaboração da nova carta constitucional levaram em conta o projeto calcado na livre iniciativa, contendo conexões com os princípios neoliberais oriundos de um contexto mais amplo do cenário pós-guerra e da transformação do capitalismo no início da década de 1970. Parece ser minimamente plausível sugerir que os discursos de modificação das relações de trabalho no Brasil colidiram com a pulsante atuação dos atores da sociedade civil e de um movimento de trabalhadores organizados que teve seu apogeu nesse período histórico entre o final da década de 1970 e a primeira metade da década de 1990. A propósito, enquanto os movimentos sindicais nos países europeus sofriam duras derrotas impostas por governos neoliberais, em muitas partes do território brasileiro, devido às contingências históricas, houve um acirramento dos conflitos em torno do trabalho.

### Referências bibliográficas:

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BALDESSAR, Maria José. Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições – um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: [s.n.], 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ática, 2000.
- HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **INTERFACEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente – v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis, 1986-1999.
- Jornal O Estado**. Florianópolis, 1980-1986.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- MENESES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a História. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUCA, Tania Regia de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In.: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas**: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano** vol.5. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.